

CAPITAIS E ATIVOS PRESENTES EM UNIDADES FAMILIARES: Uma Análise em Assentamentos Rurais de Palmeira das Missões (RS)

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.12865>

Submetido em: 17/11/2021

Aceito em: 17/11/2022

Publicado em: 30/11/2023

Rosani Marisa Spanevello,¹ Sinara Pizzi Martins,²
Simone Bueno Camara,³ Adriano Lago⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em analisar quais são os ativos disponíveis e como esses são utilizados pelas famílias que compõem os assentamentos rurais no município de Palmeira das Missões (RS). Utiliza-se a abordagem teórico-metodológica da diversificação dos meios de vida (*livelihoods*) de Frank Ellis para embasamento teórico e posterior análise de dados. A pesquisa de campo envolveu 33 famílias residentes nos assentamentos Potreiro Bonito, Terra Nova e Nova Vida, no período de janeiro a março de 2020. A metodologia empregada consistiu na estatística descritiva e na análise de conteúdo. Com base nesse contexto, os principais resultados denotam a existência dos cinco tipos de capitais abordados por Frank Ellis nos assentamentos, no entanto os capitais sociais são balizados pela participação em cooperativas, sindicatos rurais e organizações religiosas. Também há baixa presença de capitais físicos e financeiros. Com relação às produções, os assentamentos Terra Nova e Potreiro Bonito têm alta intensidade na pecuária de leite, enquanto o Nova Vida tem na agricultura. Neles todos, em maior ou menor grau, também são realizadas produções de autoconsumo e combinações de atividades não agrícolas e/ou fora da unidade familiar. Os assentamentos estudados apresentam ainda baixa geração de renda agrícola, indicando a necessidade de ações que permitam que os agricultores desenvolvam ou adquiram os capitais necessários para sua reprodução socioeconômica.

Palavras-chave: agricultores; meios de vida; Frank Ellis; reforma agrária.

CAPITALS AND ASSETS PRESENT IN FAMILY UNITS: AN ANALYSIS IN RURAL SETTLEMENTS OF PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze which are the available assets and how they are used by the families that make up the rural settlements in the municipality of Palmeira das Missões (RS). For this, the theoretical-methodological approach of livelihoods diversification by Frank Ellis is used for theoretical basis and subsequent data analysis. The field research involved 33 families living in the settlements Potreiro Bonito, Terra Nova, and Nova Vida, from January to March 2020. The methodology employed consisted of descriptive statistics and content analysis. Based on this context, the main results denote the existence of five types of capitals addressed by Frank Ellis in the settlements. However, social capitals are marked by the engagement in cooperatives, rural unions, and religious organizations. They also have a low presence of physical and financial capital. Regarding production, the Terra Nova and Potreiro Bonito settlements are highly dairy-intensive, while Nova Vida is agricultural. In all of them, to a greater or lesser degree, there is also production for self-consumption, and a combination of non-agricultural activities and/or activities outside the family unit. On the other hand, the settlements studied show low agricultural income generation, indicating the need for actions that allow farmers to develop or acquire the necessary capital for their socioeconomic reproduction.

Keywords: farmers; livelihoods; Frank Ellis; agrarian reform.

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Palmeira das Missões/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4278-6895>

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Palmeira das Missões/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6728-5667>

³ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Palmeira das Missões/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5303-1578>

⁴ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Palmeira das Missões/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0499-102X>

INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais representam uma conquista dos agricultores familiares, não somente pelo acesso a terra, mas também pela luta e pela resistência. Assim, a Política de Reforma Agrária e as construções de assentamentos rurais representam também um marco fundamental para o reconhecimento acadêmico, político e institucional da agricultura familiar. Atualmente, o número de assentamentos distribuídos no Brasil corresponde ao somatório de 9.370, que englobam 971.915 famílias assentadas com área de 88.360.472,94 hectares. Só no Rio Grande do Sul há 12.412 famílias assentadas em 345 assentamentos com área de 294.194,28 hectares, ou seja, 33% em relação ao montante total (Incra, 2019).

Esses dados estão em concordância com a história agrária brasileira, que atravessa diferentes períodos com a desigualdade na distribuição de terras como um dos traços marcantes (Hoffmann, 2019). A concentração e a desigualdade na distribuição da terra passaram por contínua renovação e atualização desde o passado colonial e escravagista do Brasil até o período de modernização da agricultura e a consolidação de uma economia agrícola (Kato; Leite, 2020; Cosme, 2020). Os mesmos autores descrevem que a concentração da propriedade no Brasil sempre foi acompanhada pela centralização de poder político e por uma maior capacidade de pressionar o governo brasileiro para alterar os limites regulatórios. Em larga medida, essas configurações tendem a favorecer os negócios de terra e a concentração, enquanto impedem e dificultam a execução das medidas de redistribuição de terras (Hoffmann, 2019; Kato; Leite, 2020).

É nesse contexto que mensurar e analisar a diversidade de formas familiares existentes no meio rural exige contribuições teórico-metodológicas complexas que permitem não somente representar as realidades empíricas, mas também compreender como os agricultores mobilizam diferentes estratégias de reprodução socioeconômica, de organização e de gestão da propriedade rural. Para tanto, utiliza-se a proposta da abordagem de diversificação dos meios de vida (*livelihoods*) proposta por Frank Ellis.

A proposta de Frank Ellis expandiu-se no meio acadêmico e visa a compreender os processos sociais que ocorrem no meio rural e que condicionam o seu desenvolvimento. Segundo o autor, esse desenvolvimento é associado às estratégias de sobrevivência familiares (*household strategies*) que geram efeitos positivos na melhoria das condições de vida das pessoas pela garantia de sua reprodução socioeconômica, que na maioria das vezes se encontram no próprio contexto ou local onde residem (Ellis, 2000).

Situado nesse contexto, o presente texto foca a abordagem dos meios de vida considerando a família ou o grupo doméstico (*household*) como unidade de análise na determinação das estratégias de sobrevivência (Ellis, 2000; Siteo, 2011). A escolha da unidade familiar como unidade de análise é justificada pelo fato de que, por meio dela, é possível identificar, além de relações de produção, as relações de parentesco e de racionalidade conjunta (Ellis, 2000). Além disso, é possível observar o peso exercido pelas normas e pelos valores familiares sobre as ações e condutas adotadas pela família e pelos seus membros (Niederle; Grisa, 2008).

Este artigo objetiva analisar quais são os ativos disponíveis e como esses são utilizados pelas famílias que compõem os assentamentos rurais no município de Palmeira das Missões (RS). Mais do que uma simples caracterização, procura-se analisar os distintos capitais utilizados

pelos agricultores familiares assentados, utilizando como embasamento teórico-metodológico a diversificação dos meios de vida (*livelihoods*) de Frank Ellis.

Para atender ao objetivo proposto, o artigo está organizado, além desta introdução, em mais cinco seções. A primeira é composta da discussão teórico-metodológica dos capitais e modos de vida de Frank Ellis. A segunda seção trata da metodologia empreendida. A terceira são os resultados, sendo composta da discussão dos cinco capitais englobados pela teoria de Frank Ellis: natural, físico, humano, financeiro e social. A quarta seção apresenta a discussão em torno das atividades produtivas e econômicas das famílias assentadas no município de Palmeira das Missões. Por fim, encontram-se as considerações finais.

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS CAPITAIS E MODOS DE VIDA DE FRANK ELLIS

O reconhecimento acadêmico e político-institucional dessa abordagem teve como âncora as mudanças teórico-metodológicas que ocorreram no campo das Ciências Sociais, principalmente em meados dos anos 90, quando estavam em emergência perspectivas mais voltadas aos atores sociais (Niederle; Grisa, 2008). Segundo Ellis (1998, p. 1), essa abordagem “é definida como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio diversificado de atividades e capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar seus padrões de vida”. É a partir desse portfólio que são definidas as estratégias de reprodução socioeconômica da unidade familiar, que, além dos ativos que tais unidades possuem, envolvem também as relações sociais estabelecidas, o acesso e o direito a esses recursos, bem como o contexto local em que estão inseridas, entre outras (Ellis, 2000; 1998; Bebbington, 1999; Matte; Waquil, 2013).

Desse modo, a diversificação dos meios de vida parte de uma plataforma de ativos, transformados em um portfólio de atividades de geração de renda (agrícola e/ou não agrícola) e mediados por aspectos sociais, econômicos e políticos que caracterizam o contexto em que ocorrem (Ellis, 2000). Dependendo das condições do contexto, que pode ser distinto para os atores que ali interagem consoante os ativos que possuem, esse processo de transformação pode ser estimulado ou não (Ellis, 2000). Assim, as atividades construídas e desenvolvidas por meio da combinação de diferentes ativos disponíveis às famílias são caracterizadas como resultado de suas estratégias de sobrevivência no meio rural.

Ellis (2000) explica que o principal ponto de partida para tratar da diversificação dos meios de vida em países em desenvolvimento é o fato de que, para muitas famílias, somente as atividades relacionadas à agricultura não são suficientes para garantir sua sobrevivência no meio rural. Nesse sentido, as famílias rurais dependem de um portfólio diversificado de atividades e fontes de renda que incluam, além das atividades agrícolas e pecuárias, outras não agrícolas que são, em sua grande maioria, desenvolvidas fora da propriedade rural.

Os capitais que compõem os meios de vida, segundo Ellis (2000), são definidos como “um meio de vida que compreende os bens (naturais, físicos, humanos, financeiros e sociais), as atividades e o acesso a essas (mediados por instituições ou relações sociais) que juntos determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar” (p. 10). Assim, os bens formam um conjunto de cinco capitais compostos por diversos ativos: o capital natural, físico, humano, financeiro e social (Ellis, 2000) (Figura 1). Bebbington (1999) explica que o acesso aos

ativos pelas famílias determina como ocorrem as estratégias de reprodução socioeconômica familiar e quais são suas condições de vida no meio rural.

Figura 1 – Os capitais que compõem os meios de vida



Fonte: Elaboração própria (2021) com base em Ellis (2000).

O capital natural é composto por um conjunto de recursos naturais disponíveis em termos tanto de qualidade quanto de quantidade (Ellis, 2000; Matte; Waquil, 2013). Entre os recursos naturais mais comuns estão a água, a terra, o solo, as florestas e os recursos biológicos (Ellis, 2000; Siteo, 2011; Matte; Waquil, 2013). Além disso, esses recursos podem ser caracterizados por serem ou não serem renováveis e por estarem localizados em diversos espaços com menor ou maior diversidade (Perondi, 2007). Segundo Frank Ellis (2000), o capital natural pode ser definido como recursos ambientais quando também fazem parte do “ambiente”.

O capital físico é composto de ativos determinados por meio do processo de produção econômica, tais como as construções (edifícios, casas, etc.), os equipamentos (ferramentas), as máquinas e as infraestruturas (estradas, canais de irrigação, linhas de energia elétrica e de abastecimento de água, etc.) (Ellis, 2000; Siteo, 2011). Sua principal finalidade é facilitar o desenvolvimento de atividades, sejam elas produtivas ou não, bem como diversificar os meios de subsistência. Para Ellis (2000), os capitais físicos também envolvem produtos ou bens que tendem a gerar fluxo de renda futura (investimento de longo prazo), como uma máquina de costura, frigoríficos, casas ou salas comerciais alugadas a terceiros.

O capital financeiro refere-se a ações de caixa que podem ser acessadas para comprar bens de produção ou de consumo (Ellis, 2000). Entre os ativos que envolvem o capital financeiro estão as poupanças, os créditos de financiamento e custeio e os empréstimos, que tendem a ser mais líquidos em termos econômicos e de maior conversão para outras formas de capital (Ellis, 2000). O capital financeiro, contudo, também envolve outras fontes de recurso, não necessariamente econômicas de alta liquidez. Esses recursos incluem bens e produtos em posse das famílias e que são empregados como estoques de riqueza, tais como o gado e a soja estocada em cooperativas, que podem ser vendidos em momentos de vulnerabilidade da família e convertidos em recursos financeiros ou de consumo, essenciais à sobrevivência da unidade familiar (Ellis, 2000).

O capital humano envolve os atributos individuais associados aos níveis de educação, de conhecimentos adquiridos, de habilidades, de saúde e de trabalho doméstico disponível (Ellis, 2000; Siteo, 2011; Matte; Waquil, 2013). Quanto mais investimentos em um desses ativos, maiores serão os retornos sociais, econômicos e produtivos. Segundo Ellis (2000), o ativo mais importante entre os pobres é o seu trabalho. O autor ressalta, no entanto, que, sem a educação necessária ou com a falta dela, haverá a exclusão desse indivíduo de atividades de trabalho que exigem um nível de educação e conhecimentos mais avançado.

Por fim, o capital social é composto das relações sociais que envolvem as redes de reciprocidade e de confiança entre os indivíduos e os agregados familiares (Ellis, 2000; Matte; Waquil, 2013). Segundo Sabourin (2004, p. 5), essas redes de reciprocidade apresentam regras e normas, e “negar ou ultrapassar essas regras invalida, a prazo, a possibilidade de expressão, de reprodução dessas estruturas e de atualização dos valores produzidos”. Assim, tem-se observado, sobretudo em países em desenvolvimento, que as famílias estão preservando relações mais informais, como as redes personalizadas que englobam direitos e obrigações que asseguram a reprodução de seus meios de vida (Ellis, 2000).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Local de coleta de dados e amostra

O espaço amostral deste estudo é definido pelos assentamentos rurais do município de Palmeira das Missões (RS). Este situa-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizado com um dos principais polos de produção da sojicultura (Bonavigo; Gubert, 2014). A Figura 2 esboça a localização de Palmeira das Missões (RS).

Figura 2 – Localização do município de Palmeira das Missões (RS, Brasil)



Fonte: Alves *et al.*, 2014.

O município de Palmeira das Missões conta com três assentamentos rurais: o assentamento Potreiro Bonito, criado no ano de 1983, e os assentamentos Terra Nova e Antônio Joceli Corrêa (também conhecido como Nova Vida), ambos criados entre os anos de 2000 e 2001. Os assentamentos rurais do município são Projetos de Assentamentos Estaduais (PE) reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Isso significa que a responsabilidade de obtenção de terras, criação, seleção dos beneficiários, titulação e aporte de créditos e infraestrutura é das unidades federativas (Estados), de acordo com seus programas fundiários (Incra, 2019). Segundo registros da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do município, atualmente existe um total de 39 famílias assentadas (12 famílias no assentamento Potreiro Bonito, 10 no assentamento Antônio Joceli Corrêa e 17 no assentamento Terra Nova). Para compor o banco de dados deste estudo, portanto, foram realizadas entrevistas com 33 famílias⁵ (do total de 39) residentes nos três assentamentos, ou seja, 85% do universo amostral.

Procedimentos de coleta e análise de dados

O procedimento de coleta de dados envolveu uma pesquisa de campo na busca por mais informações e conhecimentos, o que permitiu encontrar uma resposta ao problema levantado (Prodanov; Freitas, 2013). O instrumento de coleta de dados foi a aplicação direta com as famílias de agricultores. O roteiro da entrevista estruturada utilizada foi construído com base em cinco eixos (Quadro 1), que correspondem aos cinco capitais da abordagem de diversificação dos meios de vida: o natural, o social, o físico, o humano e o financeiro.

Quadro 1 – Capitais e variáveis (ativos) utilizadas para construção da entrevista aplicada às unidades familiares

Capital	Ativo	Descrição
Físico	Energia e redes de comunicação	Condições de acesso à energia elétrica, Internet, telefone, entre outros
	Moradia	Condições de infraestrutura da residência (casa e galpões)/bem-estar da família em relação à propriedade
	Máquinas	Número de máquinas e equipamentos utilizados (tratores, colheitadeiras, ordenhadeiras, entre outros); condições das máquinas e dos equipamentos
	Estradas	Condições das estradas de acesso à residência
Humano	Escolaridade	Anos de estudo, experiências profissionais, entre outros
	Idade	Faixa etária
	Tempo de propriedade	Anos de residência na propriedade/tempo de experiência local/onde trabalhava antes de ser assentado
	Saúde	Condições de saúde da família e acesso aos serviços de saúde
	Mão de obra	Número de pessoas que trabalham na família
	Sucessão	Se a propriedade possui ou não sucessão ou se tem a possibilidade de sucessão

⁵ Os motivos de não ser realizada a entrevista com seis das famílias do universo de pesquisa são que duas tinham ido embora do assentamento (uma no assentamento Potreiro Bonito e uma no assentamento Nova Vida) e quatro não estavam na propriedade no momento em que foi realizada a pesquisa de campo (no assentamento Terra Nova).

Social	Lazer	Realização de atividades e/ou participação em família na comunidade, em eventos com parentes próximos
	Participação social	Participação em associações, sindicatos, cooperativas, palestras, eventos, encontros, entre outros/benefícios da participação social
	Assistência técnica	Recebe ou não assistência técnica tanto de órgãos públicos quanto privados/se, quando precisa, consegue acesso
Financeiro	Renda	Níveis e composição de renda familiar (agrícola, aposentadorias, pensões, entre outros)/quanto de renda volta para a propriedade
	Crédito	Acesso a créditos de custeio, investimento, consórcios, empréstimos, poupança, entre outros/créditos acessados nos últimos anos
	Diversificação produtiva	Principais atividades desenvolvidas na propriedade tanto como geração de renda quanto como autoconsumo
Natural	Terra	Quantidade de terra utilizada pela família, área agricultável, área própria e arrendada, condições de solo, entre outros
	Água	Condições de qualidade e de acesso à água
	Recursos naturais	Existência de áreas de matas e/ou recursos híbridos (fontes, rios, entre outros)

Fonte: Elaboração própria (2021).

A partir desses cinco eixos foram estruturadas as questões que permitiram identificar tanto os ativos disponíveis às famílias ou acessados por elas quanto as atividades que as famílias desenvolvem, resultantes das estratégias de reprodução socioeconômica familiar.

A análise dos dados teve como fio condutor a análise de conteúdo, a qual é definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 1977, p. 33) que podem ser tanto por meio de textos como por meio de falas. Assim, a análise de conteúdo envolve procedimentos ordenados que proporcionam o levantamento de indicadores que podem ser quantitativos ou não, resultando na inferência de conhecimentos (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014).

A partir desses procedimentos, os resultados e discussões em torno dos capitais de Frank Ellis foram encontrados nos assentamentos rurais de Palmeira das Missões e serão apresentados na seção seguinte.

OS ATIVOS E ATIVIDADES QUE CARACTERIZAM AS FAMÍLIAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

Capital humano

O capital humano é composto de atributos que envolvem os níveis de escolaridade (de educação), saúde, conhecimentos e habilidades, experiências sociais e a mão de obra familiar (Ellis, 2000; Siteo, 2011; Matte; Waquil, 2013). Desse modo, a Tabela 1 esboça os principais resultados por assentamentos pesquisados.

Tabela 1 – Percentuais mais representativos dos ativos do capital humano nos três assentamentos de reforma agrária

Ativos	Assentamentos		
	Potreiro Bonito	Nova Vida	Terra Nova
Número de integrantes	27,77% (3 integrantes)	33,33% (ambos 4 e 5 integrantes)	38,46% (3 integrantes)
Membros que trabalham	45,45% (2 membros)	33,33% (4 membros)	61,53% (2 membros)
Escolaridade (homem)	72,73% (ensino fundamental)	77,78% (ensino fundamental)	84,62% (ensino fundamental)
Escolaridade (mulher)	63,64% (ensino fundamental)	44,44% (ensino fundamental)	76,92% (ensino fundamental)
Escolaridade (filho)	36,36% (ensino fundamental) 18,18% (ensino médio)	33,33% (ensino fundamental) 33,33% (ensino médio e ensino fundamental)	23,08% (ensino fundamental) 15,38% (ensino médio)
Serviços de saúde	45,45% (regular e bom, ambos)	44,44% (não possui)	92,31% (não possui)
Tempo de propriedade	45,45% (37 anos)	44,44% (19 anos)	30,77% (19 e 20 anos, ambos)
Atividades anteriores	36,36% (agricultura)	33,33% (agricultura)	30,76% (empregados em granjas)
Motivos	9,09% (pouca terra; obter terra própria; lote disponível; terra mais barata; não possuir terra)	22,20% (gosto pela agricultura); 11,10% (pouca terra; obter terra própria; terra insuficiente)	23,07% (pouca terra); 13,38% (foram convidados a acampar)
Última decisão	45,45% (casal)	22,22% (mulher)	38,46% (casal)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2021).

O capital humano é caracterizado pela combinação de três importantes eixos, a saber: o do trabalho (organização da mão de obra familiar, ou seja, como a família se organiza internamente em relação às atividades e aos afazeres da propriedade, assim como com relação às atividades desenvolvidas fora dela), o do humano (educação, capacitação, conhecimentos e habilidades) e o das relações domésticas (afinidades entre os membros da família, decisões e gestão) (Moreira, 2018).

Com relação ao número de integrantes, o assentamento Nova Vida é o que possui em média mais membros residindo, em comparação com os outros dois (Tabela 1). Desse modo, também é o que apresenta maior número de membros que trabalham (em média quatro). Quanto à escolaridade, observa-se baixo grau de escolarização entre os homens em todos os assentamentos, e a escolarização das mulheres no assentamento Terra Nova é o que possui o maior percentual (76,92%) com ensino fundamental completo.

Esse cenário também é observado pelo estudo de Zarnott, Flech e Neumann (2016). No assentamento Conquista Esperança (RS), a unidade trabalho homem (UTH) média dos agricultores entrevistados é de 2,5, bem como há UTH mínima de 1 e máxima de 5,5 pessoas.

Assim, as capacidades de trabalho entre as famílias são variadas e refletem diversas formas de organização do trabalho familiar (Zarnott; Flech; Neumann, 2016).

Heredia *et al.* (2002), em seu estudo sobre os impactos regionais da reforma agrária brasileira, observaram que 87% dos agricultores assentados no Brasil possuíam até a 4ª série, que corresponde atualmente ao 5º ano do Ensino Fundamental, e que 32% dos agricultores não haviam frequentado a escola. Segundo Matte *et al.* (2014), essa realidade é resultado das dificuldades dos agricultores em frequentarem a escola quando crianças ou na fase de adolescência, principalmente para aquelas famílias que necessitavam da ajuda dos filhos nas atividades (manuais) da lavoura. Já com relação ao nível de escolaridade dos filhos que compõem as famílias, tanto sucessores como não sucessores, 20 dos 31 filhos moradores nos assentamentos possuem Ensino Fundamental.

Os serviços de saúde em dois assentamentos eram inexistentes por ocasião da pesquisa, estando presentes somente no assentamento Potreiro Bonito, com percentuais de regular e bom. Outro ativo levantado na pesquisa refere-se às decisões tomadas ou à “última decisão que toma”. Em larga medida, as decisões são tomadas pelo casal (homem e mulher), no entanto no assentamento Nova Vida essa dinâmica diferencia-se, sendo o percentual mais representativo o de 22,22%, revelando que se atribuíram as decisões às mulheres.

No caso do estudo realizado por Mayer e Werlang (2016) em 154 propriedades rurais do município de Itapiranga (SC), o processo decisório é realizado principalmente pelo proprietário (homem) em 64% das famílias, e apenas 25,4% das decisões são tomadas pela família em conjunto, 3,2% pelos filhos e 2,6% pela mulher. Além disso, os autores percebem que os mais velhos possuem forte influência no processo decisório, principalmente quando este é realizado pelos filhos (sucessores) (Mayer; Werlang, 2016). Assim, os processos de decisão envolvem os conhecimentos, experiências e habilidades dos agricultores para decidirem quais são as melhores opções para a sua propriedade rural.

Outro fator de relevância percebido pela pesquisa de campo é o período em que a família está na propriedade, pois quanto maior o tempo maiores são suas relações socioafetivas com o meio em que vivem, bem como suas experiências de vida e de interação social, o que também envolve ativos do capital humano. Períodos maiores ou menores também são influenciados pelo ano em que cada assentamento foi criado. No assentamento Potreiro Bonito, criado no ano de 1983, um dos primeiros assentamentos criados no município de Palmeira das Missões, o tempo de propriedade para algumas famílias será maior do que o daquelas residentes nos assentamentos Nova Vida e Terra Nova, ambos estabelecidos entre os anos de 2000 e 2001.

Entre os principais motivos de as famílias fazerem parte dos assentamentos e migrarem para o local estão: faltar terra ou haver terra insuficiente para a sobrevivência da família, gostar de trabalhar na agricultura, ter o próprio pedaço de terra e haver necessidade. Desse modo, as principais atividades desenvolvidas pelas famílias antes da vinda para os assentamentos são, em sua maioria, a agricultura e o trabalho realizado em granjas. Zarnott, Flech e Neumann (2016) explicam que as atividades também estão atreladas às que já eram realizadas por gerações anteriores, influenciando, com isso, a tomada de decisão.

Capital natural

O capital natural é composto de um conjunto de ativos associados a recursos naturais disponíveis tanto em termos de qualidade quanto em termos de quantidade (Ellis, 2000; Matte; Waquil, 2013), como o acesso à água e à terra. Os ativos do capital natural são fundamentais para famílias rurais que constroem suas estratégias de reprodução familiar com base em práticas agrícolas, como o desenvolvimento da agricultura ou da pecuária (Bebbington; Rojas; Hinojosa, 2002).

Tabela 2 – Percentuais mais representativos dos ativos do capital natural nos três assentamentos de reforma agrária

Ativos	Assentamentos		
	Potreiro Bonito	Nova Vida	Terra Nova
Acesso à água	90,91% (fonte de água)	100% (poço artesiano)	100% (poço artesiano)
Percepção do acesso à água	27,27% (valor 8)	44,44% (valor 9)	53,85% (valor 9)
Percepção da qualidade da água	45,45% (valor 7)	55,56% (valor 10)	53,85% (valor 9)
Possui áreas de preservação permanente (APPs)	100% (sim)	100% (sim)	92,31% (sim)
Quantidade de áreas de preservação permanente (APPs)	36,36% (1,5 há)	44,44% (3 há)	30,77% (1,5 há)
Quantidade de terra	9,1% (18; 16; 12; 7,50; 24 e 25)	22,22% (15; 15,50; 18) e 11,11% (17 e 19,5)	30,77% (12,50) e 15,38% (15)
Percepção da qualidade da terra	63,64% (valor 9)	44,44% (valor 8)	53,85% (valor 8)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2021).

Nesse sentido, considerando o capital natural, em dois assentamentos os agricultores são abastecidos por poço artesiano, já no assentamento Potreiro Bonito a água disponível é oriunda de fonte de água. Com relação à percepção do acesso à água, no entanto, os agricultores estão, em larga medida, satisfeitos, auferindo os maiores percentuais no valor de 7 (satisfeitos) em relação à qualidade da água. Nos assentamentos Nova Vida e Terra Nova a maioria está muito satisfeita (44,44% e 53,85% com valor de 9).

Em todas as propriedades existem Áreas de Preservação Permanente (APP), sendo a maioria dos casos entre 1,5 e 3 hectares. Tais extensões estão relacionadas ao fato de o tamanho dos lotes apresentarem quantidade de terra correspondente a no máximo 25 e no mínimo 12,5 hectares. Não foi questionado no momento da entrevista, entretanto, se essas áreas estavam cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A quantidade total de área em hectares de um assentamento ou de um lote varia conforme a “geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece” (Inkra, 2019). Nesse sentido, nos assentamentos Terra Nova e Nova Vida, apesar de as terras serem mais planas (característica de terras de campo), elas são mais arenosas, e, assim, a extensão territorial desses assentamentos e de seus lotes é maior em comparação à do assentamento

Potreiro Bonito, caracterizada por relevo irregular, tons mais avermelhados e práticas agrícolas melhores.

A área total do assentamento Terra Nova é de 399,97 hectares. Conforme os dados da pesquisa de campo realizada com as famílias, as áreas dos lotes apresentam variação de 12 a 20,8 hectares, com área média de 16,4 hectares. No caso do assentamento Nova Vida, a área total é de 230,9 hectares, apresentando variação de 15 a 19,68 hectares, com área média de 17,34 hectares. No assentamento Potreiro Bonito a área total é de 140,98 hectares, e os lotes apresentam variação de 7,5 a 18,5 hectares e área média de 13 hectares (Tabela 2). Com relação à qualidade da terra, em todos os assentamentos ela é considerada boa.

Capital físico

O capital físico ou produtivo é composto de ativos produzidos por meio do processo de produção econômica, tais como construções (edifícios, casas, etc.), equipamentos (ferramentas), máquinas e infraestruturas (estradas, canais de irrigação, linhas de energia elétrica e de abastecimento de água, etc.) (Ellis, 2000; Siteo, 2011). A principal finalidade desses ativos é facilitar o desenvolvimento de atividades, sejam elas produtivas ou não, bem como diversificar os meios de subsistência (Ellis, 2000).

Tabela 3 – Percentuais mais representativos dos ativos do capital físico nos três assentamentos de reforma agrária

Ativos	Assentamentos		
	Potreiro Bonito	Nova Vida	Terra Nova
Qualidade da moradia	72,73% (bom)	44,44% (bom) e 33,33% (regular)	84,62% (bom)
Satisfação com relação à moradia	36,36% ambos (9 e 10)	33,33% para ambos (5 e 10)	46,15% para ambos (9 e 10)
Equipamentos agrícolas	18,18% (trator, ordenhadeiras, refrigerador, pulverizador e plantadeiras); 18,18% (ordenhadeiras e resfriador)	33,33% (não possui); 22,22% (trator e plantadeira); 22,22% (trator, plantadeiras, ordenhadeiras, resfriador, pulverizador)	30,77% (não possui); 23,08% (trator, ordenhadeira, resfriador e plantadeira).
Satisfação com equipamentos	27,27% (valor 9); 18,18% (7; 8 e 10)	22,22% (valor 10); 11,11% (5; 6; 8 e 9)	23,08% (valor 9); 15,38% (valor de 6 e 8)
Avaliação de estradas	90,91% (valor 1)	77,78% (valor 1)	84,62% (valor 1)
Redes de Internet e telefonia	36,36% (valor 1); 18,18% (4 e 8)	33,33% (9); 22,22% (5)	38,46% (valor 1); 30,77% (valor 5)
Dificuldade de acesso à propriedade	36,36% (valor 7); 18,18% (3 e 5)	55,56% (valor 1)	61,54% (valor 9)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2021).

Com relação ao capital físico, nos três assentamentos a qualidade da moradia é considerada de boa a regular (Tabela 3). Por outro viés, em se tratando dos equipamentos agrícolas, no assentamento Nova Vida o percentual mais representativo encontra-se entre

5, considerando-se um pouco satisfeitos, e também 33,33% consideram-se muito satisfeitos. Apesar disso, ao se analisar os equipamentos, observa-se que 33,33% dos agricultores não possuem equipamentos. Essa mesma conjuntura é vista no assentamento Terra Nova (30,77% não possuem), enquanto somente 23,08% possuem trator, ordenhadeiras, resfriadores e plantadeiras.

A baixa tecnificação das famílias, no que se refere ao ativo físico de máquinas e implementos agrícolas nas propriedades rurais, também é observada por Matte (2013) em estudo com os agricultores pecuaristas dos municípios de Dom Pedrito, Bagé, Piratini e Pinheiro Machado (RS). Conforme a autora, 82% dos 60 pecuaristas entrevistados necessitam de máquinas e implementos agrícolas para o desenvolvimento de suas atividades, com apenas 37% possuidores de máquinas e implementos agrícolas próprios (Matte *et al.*, 2014).

Outro ativo analisado envolve condições de estradas, acesso a redes de Internet e telefone e acesso à água, considerados essenciais à diversificação dos meios de vida das famílias (Ellis, 2000). Desse modo, com relação às vias de acesso aos assentamentos, os agricultores avaliaram como de péssima qualidade, com o maior percentual auferido foi o de Potreiro Bonito (90,91%), seguido pelo do assentamento Terra Nova (84,62%). Arelado a isso, ambos os assentamentos (Potreiro Bonito e Terra Nova) apresentam dificuldade de acesso às propriedades, com o Terra Nova (61,54% com valor de 9) (Tabela 3) alcançando os maiores valores, visto que são em torno de 15 a 18 quilômetros de estradas de chão até o centro urbano do município.

As péssimas condições das estradas também são observadas por Ferron (2019) nos assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, quando questionados sobre as condições de acesso ao assentamento e à propriedade, os agricultores mostraram-se insatisfeitos com a conservação das estradas. Essa condição motiva muitos dos agricultores a realizarem reivindicações para o melhoramento delas, tais como o seu fechamento, de maneira a pressionar o setor público a realizar melhorias (Ferron, 2019). Por outras circunstâncias, a má qualidade prejudica o deslocamento das famílias e o acesso a serviços como saúde e educação, bem como a comercialização de seus produtos agrícolas nos centros urbanos (Ferron, 2019).

Outro ativo importante para as famílias que Ellis (2000) ressalta são as redes de informação e telecomunicações, pois elas permitem a transferência de informações entre comunidades rurais e assentamentos remotos. Em vista disso, os dados coletados indicam que poucas famílias possuem acesso a esse serviço de maneira efetiva e com qualidade (33,33% atribuíram valor 9 em Nova Vida). Assim, sobre a qualidade de acesso às redes, tanto para quem possui Internet quanto para quem possui telefone, 14 famílias entrevistadas consideram os serviços péssimos, principalmente com relação ao sinal fraco. Já quanto às redes de energia elétrica todas as famílias entrevistadas possuem acesso.

Capital financeiro

O capital financeiro refere-se às ações de caixa que podem ser acessadas para comprar bens de produção ou de consumo (Ellis, 2000). Entre os ativos que envolvem o capital financeiro estão as poupanças, os créditos de financiamento e custeio e os empréstimos, que tendem a ser mais líquidos em termos econômicos e de maior conversão para outras formas de capital (Ellis, 2000). Além disso, os ativos financeiros são fundamentais para a viabilização das famílias em

adquirir ou acessar novos ativos físicos e naturais, maximizando suas estratégias de reprodução socioeconômica familiar.

Tabela 4 – Percentuais mais representativos dos ativos do capital financeiro nos três assentamentos de reforma agrária

Ativos	Assentamentos		
	Potreiro Bonito	Nova Vida	Terra Nova
Pensões	100% (não possui)	100% (não possui)	92,31% (não possui)
Bolsa Família	100% (não possui)	77,78% (não possui)	92,31% (não possui)
Arrendamentos	81,82% (não possui)	33,33% (não possui)	30,77% (19 sacos/há)
Atividade remunerada	63,64% (não possui)	44,44% (não possui)	84,62% (não possui)
Produção sacas de soja	27,27% (acima de 400 sacas)	44,44% (de 300 a 400 sacas)	23,08% (de 100 a 150 sacas; de 250 a 300 sacas)
Créditos (financiamentos)	45,45% (não acessa)	66,67% (não acessa)	76,92% (não acessa)
Renda bruta mensal	27,27% (0,00) e 18,18% (de 1.000 a 2.000; de 8.000 a 10.000)	33,33% (0,00) e 22,22% (até 1.000; de 1.000 a 2.000)	38,46% (0,00); 30,77% (2.000 a 4.000)
Renda bruta anual	18,18% (de 15.000 a 20.000; de 20.000 a 25.000; de 25.000 a 30.000)	44,44% (de 15.000 a 20.000; de 20.000 a 25.000)	30,77% (de 5.000 a 10.000) 23,08% (de 15.000 a 20.000; de 20.000 a 25.000)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2021).

No caso das famílias entrevistadas, a renda agrícola é caracterizada pelos rendimentos das atividades produtivas desenvolvidas na propriedade, como a venda do leite, de gado de corte, de grãos e do excedente de produções destinado ao autoconsumo, como mandioca, batata e feijão. São rendimentos, todavia, que variam conforme a produtividade e o preço pago ao produtor, bem como dependem da intensidade com que a atividade é desenvolvida.

Os arrendamentos de terras são atividades comuns, principalmente em regiões nas quais os cultivos de *commodities* são trabalhados com maior intensidade. Desse modo, os assentamentos acabam por ter renda oriunda desse meio, com o assentamento Potreiro Bonito sendo o que menos recebe essas rendas, visto que 81,82% dos agricultores informaram não a receber. Outro fator está relacionado às atividades remuneradas: 63,64% dos agricultores do assentamento Potreiro Bonito dizem não possuir uma. Percentual mais significativo encontra-se no assentamento Terra Nova (84,62%), indicando que eles possuem trabalhos no próprio estabelecimento rural. Por outro lado, observa-se que um percentual de 38,46% de agricultores não possui renda mensal, com esse fator sendo encontrado também no Nova Vida (33,33%) e no Potreiro Bonito (27,27%).

Com relação aos rendimentos anuais, os valores para os três assentamentos correspondem a uma média de R\$ 15.000,00 a R\$ 25.000,00. Esses valores indicam que as famílias apresentam rendas agrícolas baixas para sua sobrevivência e sua consequente reprodução socioeconômica, visto que em média as propriedades possuem três integrantes. Em larga medida, esses valores são resultados da comercialização de sacas de soja (Tabela 4). Essas circunstâncias estão atreladas à baixa qualidade das estradas, assim como às longas distâncias

até o centro urbano, que dificultam o trânsito dos agricultores para realizarem outras atividades de produção e comercialização, por exemplo.

Segundo Lutke *et al.* (2016), as rendas não agrícolas têm desempenhado papel essencial na manutenção e no sustento das necessidades das famílias rurais, principalmente no assentamento Figueira, em Santana do Livramento (RS). Assim, os autores mencionam a importância das rendas provenientes das aposentadorias agrícolas, responsáveis por 84,03% da renda total das famílias que compõem o sistema de produção de leite (SP4), bem como por 41,96% da renda das famílias que compõem o sistema de produção do cultivo da soja e renda não agrícola (SP3).

Com relação ao ativo de acesso a créditos ou recursos financeiros, apenas 12 famílias (36,4%) responderam estar acessando no momento da entrevista. Entre os créditos acessados estão o Pronaf Custeio (acessado por 9 famílias), o Pronaf Investimento (acessado por 7 famílias), o Pronaf Mais Alimentos, uma das linhas de crédito de investimento (acessado por 3 famílias), e o Seguro Agrícola, que tem por objetivo assegurar os custos da lavoura em condições de clima adversos, como secas e granizos. No assentamento Nova Vida, 66,67% dos agricultores não têm acesso a nenhum tipo de crédito, assim como 76,92% dos agricultores do Terra Nova.

Capital social

O capital social é composto pelas relações sociais que envolvem as redes de reciprocidade e de confiança entre os indivíduos e os agregados familiares (Ellis, 2000; Matte; Waquil, 2013). As relações sociais também são definidas pela interação com redes e organizações, tendo o objetivo de contribuir para a manutenção dos meios de vida rurais, tais como a participação em cooperativas, sindicatos, agências de assistência técnica e as organizações que proporcionam o bem-estar e o lazer da família, tais como igrejas e clubes.

Tabela 5 – Percentuais mais representativos dos ativos do capital social nos três assentamentos de reforma agrária

Ativos	Assentamentos		
	Potreiro Bonito	Nova Vida	Terra Nova
Participação social	36,36% (cooperativa, organização religiosa e sindicato rural) e 36,36% (sindicato rural e organização religiosa)	33,33% (cooperativa e organização religiosa)	53,85% (sindicato rural e organização religiosa)
Assistência	54,54% (Emater)	33,33% (só por pagamentos)	30,77% (empresa de leite)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2021).

Segundo dados da pesquisa de campo, as principais organizações de que as famílias assentadas participam são as cooperativas, os sindicatos rurais e as organizações religiosas (que envolvem também eventos promocionais como festas, encontros de jovens, ensaios de cantos e jogos). Assim, 11 famílias participam do Sindicato Rural dos Trabalhadores (que atende a pequenos agricultores) do município e das igrejas em comunidades próximas ou no próprio assentamento, 7 de cooperativas (principalmente as que possuem pecuária leiteira) e da igreja, e outras 7 participam das três organizações (cooperativa, sindicato e igreja). Em relação a essas

associações, cooperativas e coletivos, os assentados possuem resistências, seja por questões culturais de cada assentado, seja por suas relações com as lideranças das organizações (Moreira, 2020).

A participação sociocultural dos agricultores familiares também é observada no estudo de Flech *et al.* (2016). Segundo os autores, ao caracterizar os agricultores assentados no Estado gaúcho, do total de 12.636 agricultores, 45,6% participam de organizações religiosas, 27% de centros comunitários, 11,6% de grupos de mulheres e 9,9% de jogos de futebol e de bocha. Essa realidade é pouco retratada nos “espaços de integração comunitária”, igualmente tão necessária quanto qualquer outra atividade no meio rural (Flech *et al.*, 2016, p. 7).

A participação em cooperativas e sindicatos rurais também é destacada por Flech *et al.* (2016), que definem a participação socioproductiva. Conforme os autores, do total de 12.077 registros, 59,3% dos agricultores assentados no Rio Grande do Sul participam de cooperativas, 17% de sindicatos rurais e 15% de outras associações, como grupos de jovens e de mulheres de interesse produtivo. Assim como na presente pesquisa, entretanto, os autores também ressaltam que um grande número de famílias assentadas não participa de nenhuma associação, limitando “a qualificação de seus processos produtivos” (Flech *et al.*, 2016, p. 8). É necessário ressaltar que muitas interações são desenvolvidas pelos próprios membros da comunidade, pois estes, em sua maioria, são desassistidos por outras organizações (Tonezer; Trzcinski; Dal Magro, 2017).

A participação em cooperativas agropecuárias também é observada por Ferron (2019) nos assentamentos de Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, 10 dos 11 agricultores entrevistados participam dessa organização e relatam “a importância e a responsabilidade da cooperativa para a colheita, escoamento e armazenamento da produção” (Ferron, 2019, p. 124). Além disso, a cooperativa de que os agricultores participam realiza o recolhimento e a comercialização do leite produzido pelas famílias (Ferron, 2019). Assim, é por meio da comercialização dos produtos com a cooperativa que os agricultores familiares recebem a renda que sustenta a família.

A importância das cooperativas para o desenvolvimento dos agricultores residentes em assentamentos rurais também é destacada por Sieb (2018) ao analisar as expectativas dos agricultores do assentamento Rio Paraíso em relação à Cooperativa Mista Agropecuária Rio Doce (Coparpa) no município de Jataí (GO), à qual 97,9% são associados. Segundo o autor, no caso da comercialização do leite, os benefícios percebidos são os de que a cooperativa consegue atenuar o comércio local, enquanto faz com que as empresas de recebimento do produto paguem preços melhores do que a própria cooperativa para continuar a recolher o leite dos agricultores (Sieb, 2018).

Já quanto aos serviços de assistência técnica, 21 famílias entrevistadas na presente pesquisa relataram não possuir nenhum tipo de assistência técnica na propriedade; apenas 12 famílias têm acesso a esses serviços, contudo, quando questionadas se conseguem ter assistência técnica em momentos de necessidade, 19 famílias afirmaram que sim. Outras 10 famílias entrevistadas afirmaram que sim, mas precisavam pagar pelo serviço. Somente duas famílias responderam que não possuem acesso aos serviços caso necessitem e que dependem, nesse caso, da Emater do município, que vem reduzindo suas atividades nos assentamentos rurais. As famílias destacam que a redução dos serviços de assistência técnica é resultado do

corte de recursos financeiros do Incra aos assentamentos rurais, que afetam negativamente as famílias que residem nesses espaços. Outras duas famílias entrevistadas não responderam a essa questão ou afirmaram não precisarem desses serviços.

A importância da assistência técnica aos assentamentos rurais é retratada por Mello (2006), que analisa a evasão e a rotatividade de agricultores em 193 assentamentos do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, “a assistência técnica tem importância fundamental na viabilização financeira dos assentados, pois recursos mal aplicados nos anos iniciais são garantia de grandes dívidas e dificuldades futuras” (Mello, 2006, p. 86). Mais do que a viabilização financeira, no entanto, a assistência técnica também acaba intervindo em outros aspectos dos agricultores assentados, tais como políticos, culturais e organizacionais (Mello, 2006).

ATIVIDADES PRODUTIVAS E ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Segundo Ellis (2000), a transformação e a combinação dos ativos disponíveis às famílias rurais resultam nas atividades e estratégias que elas mesmas realizam e utilizam na propriedade. Quanto às atividades, o autor divide-as em atividades agrícolas, que envolvem aquelas desenvolvidas na propriedade rural, associadas à agricultura, à pecuária, à apicultura, entre outras, e atividades não agrícolas, que envolvem rendimentos associados ao emprego salarial fora da propriedade, a receitas de arrendamentos de terrenos ou imóveis, a recebimentos de aposentadorias, pensões ou outras transferências do tipo, entre outros (Ellis, 2000). Quanto a isso, a tabela a seguir esboça as principais atividades desenvolvidas nos três assentamentos analisados.

Tabela 6 – Percentuais mais representativos das principais atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária (2020)

Ativos	Assentamentos		
	Potreiro Bonito	Nova Vida	Terra Nova
Intensidade pecuária de leite	63,64% (alto)	77,78% (não exerce)	53,85% (alto)
Intensidade agricultura	54,55% (baixo)	44,44% (alto)	46,15% (alto)
Atividades autoconsumo	45,45% (criação de aves de corte, de suínos, de galinhas crioulas – ovos – açude de peixes, horta e pomar)	33,33% (criação de galinhas crioulas – ovos – horta e pomar)	53,85% (criação de suínos, de galinhas crioulas – ovos – horta e pomar)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2021).

Observa-se que a intensidade de pecuária de leite é exercida por 63,64% e 53,85% com alta intensidade nos assentamentos Potreiro Bonito e Terra Nova, respectivamente. Essa relação está atrelada, sobretudo, ao recebimento de renda mensal gerada nesses dois assentamentos (Tabela 4). Essas atividades também estão associadas aos ativos do capital físico que os agricultores possuem, visto que os equipamentos agrícolas mais presentes são tratores, ordenhadeiras e resfriadores, os quais são utilizados para tratamentos culturais direcionados a plantio de pastagens, culturas para silagem e coleta e refrigeração do leite.

Nos assentamentos Nova Vida e Terra Nova, os agricultores apresentam alta intensidade na agricultura (44,44% e 46,15% respectivamente). Por outro lado, no assentamento Potreiro Bonito, 54,55% apresentam baixa intensidade na agricultura, o que pode sinalizar que a principal atividade produtiva seja a pecuária de leite. A pecuária leiteira também é destacada por Ferron (2019) nos assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS), constituindo a principal atividade desempenhada pelos agricultores assentados. Entre os motivos do desenvolvimento da pecuária leiteira entre esses agricultores está o rendimento mensal (fato também observado pela presente pesquisa), que, segundo o relato de um dos entrevistados pelo autor, “garante a segurança de uma renda mínima todos os meses” (Ferron, 2019, p. 81).

Zarnott, Flech e Neumann (2016) também identificam algumas motivações para o desenvolvimento da pecuária leiteira no assentamento Conquista Esperança, em Tupanciretã (RS). Entre essas motivações são mencionadas três com maior destaque nos relatos dos agricultores entrevistados pelos autores: a geração de renda mensal (enquanto a soja possibilita somente um ingresso anual de rendimentos), a maior geração de renda anual e o menor risco econômico-produtivo da atividade quando comparada à atividade da agricultura (cultivo de grãos) (Zarnott; Flech; Neumann, 2016).

Em larga medida, observa-se que as atividades tradicionais da região, como produção de grãos e bovinos leiteiros, são praticadas nos assentamentos rurais, sobretudo aqueles mais distantes ou com dificuldades maiores de acesso, os quais se voltam para a produção agrícola (*commodities*). Segundo Flech *et al.* (2016), a soja, além de exigir menos mão de obra para seu cultivo, é uma das culturas mais desenvolvidas nas propriedades rurais dos assentamentos existentes no Rio Grande do Sul, presente em aproximadamente 3 mil famílias assentadas. Além disso, os autores mencionam que apenas 0,5% da produção fica para o autoconsumo da propriedade, e o restante é comercializado. No caso dos assentamentos rurais, aproximadamente 70% do que é produzido da soja é comercializado em cooperativas locais (Flech *et al.*, 2016). Essas atividades também propiciam segurança comercial para esses agricultores, visto que são produzidas com garantia de escoamento, seja via cooperativa, seja via empresas privadas de compra de leite.

Os principais capitais mobilizados pelas atividades agrícolas são: o capital natural, tais como a terra, a água e as pastagens naturais; o capital físico, como o uso de máquinas e implementos agrícolas e as infraestruturas (tratores, ordenhadeiras, colheitadeiras, resfriadores, galpões, salas de ordenha, etc.); e o capital financeiro, tanto na mobilização de dinheiro (a venda de animais e o estoque de soja em cooperativas) quanto no acesso a recursos financeiros de programas públicos, tais como o Pronaf.

Outras atividades também são realizadas, sobretudo para o autoconsumo. Em larga medida, as atividades são diversificadas, com as principais sendo a criação de aves de corte, suínos, galinhas, peixes, hortas e pomares (Tabela 6). São observadas também outras atividades não agrícolas e fora da propriedade rural que potencializam a renda das famílias nos três assentamentos analisados. O quadro a seguir esboça essas atividades.

Quadro 2 – Atividades desenvolvidas fora da propriedade (FP) e não agrícolas (NA) existentes entre as famílias nos assentamentos (2020)

Assentamento	N. de membros que trabalham fora	Atividade desenvolvida	Característica da atividade
Terra Nova	1	Colheita da uva	FP
Potreiro Bonito	1	Pedreiro	NA
Nova Vida	2	Enfermeira	NA
		Empregado de granja	FP
Nova Vida	1	Empregado de granja	FP
Nova Vida	2	Empregado de granja	FP
Nova Vida	1	Empregado de granja	FP
Nova Vida	3	Empregado de granja	FP
Potreiro Bonito	2	Serviços de doméstica	NA
		Borracharia (na propriedade)	
Terra Nova	1	Empregado de granja	FP
Potreiro Bonito	1	Funcionário público	NA
Potreiro Bonito	1	Pedreiro	NA

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2021).

O assentamento Nova Vida apresenta o maior número de membros que trabalham fora da propriedade rural. Suas ocupações são principalmente em empregos em propriedades maiores, denominadas de “granjas”. Esse fato relaciona-se também à tomada de decisão ser feita pelas mulheres nesse assentamento, no qual o percentual é de 22,22%, ou seja, com a saída dos homens para trabalhar fora da propriedade, as mulheres tornam-se responsáveis pelas principais decisões tomadas no estabelecimento rural. Outro fator atrelado à quantidade de agricultores com ocupações fora do estabelecimento é, em parte, a maior quantidade de membros residindo nele (Tabela 1).

Também no assentamento Potreiro Bonito é observado o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Nesse contexto, os agricultores dos assentamentos de Santana do Livramento (RS) sentem-se satisfeitos em manter outra profissão além da exercida como agricultor (Ferron, 2019). Esse aspecto foi identificado pelo autor pela menção dos agricultores ao trabalho em outras atividades remuneradas fora da propriedade, até mesmo quando esta era exercida por outro membro da família, como os filhos ou a esposa (Ferron, 2019). Assim, as rendas não agrícolas potencializam a formação de renda total no grupo familiar nos assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais no município de Palmeira das Missões possuem configurações semelhantes em número de integrantes, assim como em fontes de geração de renda e atividades produtivas. Observa-se, no entanto, a baixa presença de capitais físicos, financeiros e naturais.

Entre as características dos agricultores destaca-se a baixa escolaridade: a maioria concluiu somente o Ensino Fundamental. Outro elemento que configura os ativos dos capitais

é a assistência técnica, que, apesar da configuração pluriativa, possui baixa concentração de recebimento entre as famílias. As dificuldades são as grandes distâncias e a má qualidade das vias de acesso das comunidades até os centros urbanos, potencializando o direcionamento produtivo para grãos e pecuária leiteira. Com isso, a geração de renda nessas localidades é baixa e está firmada, sobretudo, na produção de leite e em atividades de produção de grãos tradicionais, como soja e milho.

Outra questão encontrada são os arrendamentos, fonte de renda principalmente daqueles agricultores que não apresentam nenhum equipamento agrícola, especialmente nos assentamentos Nova Vida e Terra Nova. Por outro lado, eles também tendem a propiciar baixa remuneração por hectare cultivado, visto que os assentamentos apresentam número pequeno de área disponível para cultivos. Apesar disso, a sojicultura é um elemento marcante nas configurações produtivas de todos os assentamentos.

Essas configurações também possibilitam que agricultores mantenham atividades agrícolas fora das propriedades em que residem, assim como atividades não agrícolas para viabilizar sua reprodução socioeconômica. Desse modo, observa-se a necessidade de ações efetivas para promover alternativas produtivas que possam diversificar os meios de vida dos agricultores e ampliar a quantidade de ativos que estes apresentem, visto que, nas condições estudadas, exibem baixas condições de reprodução socioeconômica.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. E. de O. *et al.* A survey of vascular epiphyte species of the urban area of Palmeira das Missões, RS, Brazil. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas*, UFSM - Ciência E Natura, v. 36, n. 3, p. 268–276, 2014. <https://doi.org/10.5902/2179460X12437>
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Edições: Lisboa, 1977. V. 70.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*, v. 27, n. 12, p. 2.021-2.044, 1999. DOI: 10.1016/s0305-750x(99)00104-7
- BEBBINGTON, A.; ROJAS, R.; HINOJOSA, L. Contributions of the Dutch Co-Financing Program to Rural Development and Rural Livelihoods in the Highlands of Perú and Bolivia. *Synthesis Report*, University of Colorado, Boulder, v. 28, 2002.
- BONAVIGO, L.; GUBERT, J. E. Diagnóstico das Secretarias Municipais da Agricultura quanto à Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR): região da Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP) do Estado do Rio Grande do Sul. In: COTRIM, D. (org.). *Desenvolvimento rural e agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Emater; Ascar, 2014. p. 600-623. (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 3).
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 24, n. 1, 2014.
- COSME, Claudemir Martins. A questão agrária no Brasil: uma face da barbárie capitalista. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 4, n. 42, p. 306-332, 2020.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998. DOI: 10.1080/00220389808422553
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FERRON, J. da L. *Estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS*. 2019. 163 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, 2019. 163 p.

FLECH, E. M. *et al.* O retrato das famílias assentadas do Rio Grande do Sul a partir do sistema integrado de gestão Rural da ATEs. SIMPÓSIO DE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. *Anais [...]*. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/eventos/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/#item-s-sessoes>. Acesso em: 19 jun. 2020.

HEREDIA, B. *et al.* Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 10, n. 1, p. 73-111, 2002.

HOFFMANN, R. A distribuição da posse da terra no Brasil, com resultados preliminares para 2017. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 57., 2019, Ilhéus. *Anais [...]*. Ilhéus: Sober, 2019.

INCRÁ. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório dos assentamentos*. Superintendência Regional, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.incrá.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sergio Pereira. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da Anpege*. v. 16. n. 29, p. 458 - 489, 2020.

LUTKE, V. *et al.* A mercantilização da agricultura familiar no contexto dos assentamentos rurais no município de Santana do Livramento/RS. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO – SBSP, 2016, Pelotas: SBSP, 2016.

MATTE, A. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul*. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATTE, A.; WAQUIL, P. D. Vulnerabilidade social e a construção de estratégias de enfrentamento e adaptação para pecuaristas de corte no Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, v. 28, p. 107-125, 2013. DOI: 10.5380/dma.v28i0.31460

MATTE, A. *et al.* Fatores condicionantes a permanência ou saída dos filhos em propriedades de agricultura e pecuária familiar no Rio Grande do Sul. *Anais...*, 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, p. 1-14, Goiânia, 2014.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MAYER, C. E.; WERLANG, N. B. *O processo de tomada de decisão em propriedades rurais de Itapiranga – SC*. INOVAAGRO, WORKSHOP DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS NO AGRONEGÓCIO E MOSTRA DE EMPREENDEDORISMO, 1., 2016. Itapiranga, SC, Faculdade de Itapiranga (FAI), 2016.

MELLO, P. F. *Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul*. 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOREIRA, F. G. Territorialidade e relações de poder nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 50, p. 72-88, 2020.

MOREIRA, S. da L. *Estratégias e modelos sucessórios em propriedades rurais do município de Cruz Alta/RS*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPAGR), Palmeira das Missões, RS, 2018.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, Colômbia, v. 5, n. 61, p. 41-70, 2008.

OLIVEIRA ALVES, Maria Elenice *et al.* Levantamento de espécies epífitas vasculares da zona urbana do município de Palmeira das Missões, RS, Brasil. *Ciência e Natura*, v. 36, n. 3, p. 268-276, 2014.

OLIVEIRA, M. L. R. Assentamentos rurais: um espaço em construção de famílias de origem migrante no entorno do Distrito Federal. In: FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JR., J. *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

PERONDI, M. A. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. 2007. 339 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *Tomo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe*, n. 7, 2004. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.5244

SIEB, D. L. Desafios das Cooperativas de Agricultores Familiares: o caso do Assentamento Rio Paraíso. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, RS*, v. 15, n. 2, p. 39-57, 2018.

SITOE, T. A. A abordagem dos modos de vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência no meio rural africano. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 9, n. 17, p. 39-60, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2011.17.39-60

TONEZER, C.; TRZCINSKI, C.; DAL MAGRO, M. L. P. As Vulnerabilidades da velhice rural: um estudo de casos múltiplos no Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 15, n. 40, p. 7-38, 2017.

ZARNOTT, A. V.; FLECH, E. M.; NEUMANN, P. S. Estilos de agricultura e estratégias de reprodução social no Assentamento Conquista da Esperança, município de Tupanciretã/RS. *REDES, Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 3, p. 146-164, 2016. DOI: 10.17058/redes.v21i3.7636

Autora correspondente:

Rosani Marisa Spanevello

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Campus Palmeira das Missões

Av. Independência, 3751 – Vista Alegre, Palmeira das Missões/RS, Brasil. CEP 98300-000

E-mail: rspanevello@yahoo.com.br

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.